

FATORES SOCIOCULTURAIS E TERRITORIAIS NA ESCOLHA DO CURSO DE GRADUAÇÃO: um estudo com estudantes da UFNT

Marcos Moreira Lira¹
Rosária Helena Ruiz Nakashima²

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões preliminares de uma pesquisa em andamento, voltada a compreender os fatores socioculturais, territoriais e subjetivos que influenciam a escolha de cursos de graduação por estudantes da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Araguaína. Partindo do pressuposto de que as trajetórias formativas são atravessadas por identidades culturais e territorialidades diversas, adota-se como eixo teórico a noção de cultura como arena de disputas simbólicas (Hall, 2016) e o conceito de multiterritorialidade (Haesbaert, 2010, 2011, 2021), em diálogo com a perspectiva decolonial (Quijano, 2005; Mignolo, 2017; Lugones, 2008) e a interseccionalidade (Collins & Bilge, 2020). Metodologicamente, articula-se abordagem crítico-dialética (Gamboa, 1997) com procedimentos quantitativos e qualitativos: questionário estruturado para mapear origens territoriais, condições socioeconômicas e motivações, e narrativas de história de vida (Josso, 2004, 2006) para captar significados subjetivos atribuídos à formação. A análise fundamenta-se em categorias abertas à emergência de novos sentidos, buscando apreender contradições e relações de poder que atravessam o ensino superior em contexto amazônico. As interações preliminares em reuniões, convivências e eventos acadêmicos sugerem que as escolhas de curso podem estar relacionadas às condições materiais, expectativas familiares, pertencimento territorial e estratégias de mobilidade social. Espera-se que o estudo contribua para políticas institucionais de permanência e acolhimento, fortalecendo a valorização das identidades locais e ampliando o debate sobre democratização e justiça social no ensino superior da Amazônia Legal.

Palavras-chave: Socioculturais, UFNT, Graduação, Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute, em perspectiva teórica e epistemológica, as relações entre cultura e território em espaços educativos, com foco na Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Partimos do pressuposto de que as trajetórias formativas dos discentes — em cursos de licenciatura, bacharelado e tecnólogo — são atravessadas por identidades culturais e territorialidades diversas, que influenciam escolhas, pertencimentos e sentidos de permanência.

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Docente da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL), marcos.lira@uemasul.edu.br;

² Doutorado em Educação USP. Docente do Colegiado de Licenciatura em História e do Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCult) da Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT, rosaria.nakashima@ufnt.edu.br.



A constituição de cultura é aqui compreendida à luz de Hall (2016), possibilitando analisar relações de poder, práticas de representação e processos de visibilização ou silenciamento de identidades na UFNT. Do ponto de vista socioespacial, mobiliza-se Haesbaert (2010, 2011, 2021) para refletir sobre multiterritorialidades que emergem nos espaços de ensino-aprendizagem, reconhecendo a universidade como lugar de circulação de significados físicos, sociais, materiais, imateriais e subjetivos.

A pesquisa, em desenvolvimento, busca identificar desafios e condicionantes que atravessam a escolha de cursos de graduação, considerando territorialidades, práticas culturais e condições socioeconômicas de Araguaína/TO. O diálogo com o pensamento descolonial (Quijano, 2005; Mignolo & [Marcos, acho que é ponto e vírgula. Conferir na ABNT] Oliveira, 2017) permite problematizar as relações de poder e desigualdades que marcam o acesso e a permanência no ensino superior.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem crítico-dialética (Gamboa, 1997) associada ao conceito de interseccionalidade (Collins & Bilge, 2020), articulando dimensões quantitativas e qualitativas. Questionários estruturados mapearão origens territoriais, trajetórias escolares e motivações dos estudantes; narrativas de história de vida (Josso, 2004; 2006) possibilitarão compreender sentidos atribuídos às experiências, em diálogo com a perspectiva qualitativa compreensiva (Bogdan & Biklen, 1994).

Ao reconhecer o caráter interdisciplinar do fenômeno — que envolve educação, sociologia, geografia, história e estudos culturais — a investigação busca evidenciar como fatores socioculturais, territoriais e subjetivos conformam percursos formativos. Hipóteses preliminares questionam se o contexto territorial e econômico de Araguaína, associado ao agronegócio e ao modelo desenvolvimentista, influencia hierarquizações de cursos e áreas do conhecimento, bem como os discursos escolares e familiares que legitimam determinadas profissões.

Assim, o estudo propõe compreender, em processo, quais fatores socioculturais, territoriais e subjetivos incidem sobre as escolhas formativas dos estudantes da UFNT, contribuindo para reflexões institucionais e políticas sobre acesso, permanência e valorização das diferentes áreas de formação.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, ancorada na perspectiva crítico-dialética conforme delineada por Gamboa (1997). Parte-se da



compreensão da realidade social como processo histórico, contraditório e em permanente transformação, exigindo interpretações que superem a aparência imediata dos fenômenos e revelem suas múltiplas determinações.

O referencial teórico-metodológico articula duas perspectivas: decolonialidade e interseccionalidade. No campo da decolonialidade, mobilizam-se Mignolo (2017) e María Lugones (2008), cujo conceito de “colonialidade de gênero” permite apreender o entrelaçamento das opressões de gênero, raça e sexualidade à lógica colonial, aspecto fundamental para compreender as trajetórias formativas dos sujeitos. A interseccionalidade, conforme Collins e Bilge (2020), será utilizada para analisar como marcadores sociais — raça, gênero, classe, territorialidade e sexualidade — se articulam produzindo desigualdades complexas no contexto educacional.

De natureza interdisciplinar, a investigação articula procedimentos quantitativos e qualitativos. No campo quantitativo, realiza-se um levantamento por meio de questionário estruturado junto a estudantes de todos os cursos de graduação da UFNT — Licenciaturas em Física, Química, Biologia, Matemática, Letras, História, Geografia e Pedagogia; Tecnólogo em Logística; Tecnólogo em Gestão de Turismo; Medicina Veterinária; Zootecnia; Medicina; Engenharia Biomédica — com geração de dados precedida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em consonância com os princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

No campo qualitativo, à luz de Bogdan e Biklen (1994), emprega-se a técnica de história de vida (Josso, 2004, 2006) para aprofundar a interpretação das trajetórias educacionais. A condução envolve definição de eixos temáticos, elaboração de roteiros semiestruturados, atenção aos vínculos estabelecidos e sistematização das narrativas. Esta técnica possibilita uma escuta sensível das experiências individuais enquanto portadoras de significados sociais mais amplos.

A análise dos dados será orientada pela abordagem crítico-dialética, com base em Gamboa (1997) e Colares (2015), articulando rigor teórico, coerência entre problema e dados e interpretação dialógica. A análise ultrapassa a descrição, buscando problematizar respostas dadas, captar contradições nas falas e interpretar as articulações entre vivências individuais e processos sociais. Categorias de análise derivarão do referencial crítico-dialético, decolonial e interseccional, mas permanecerão abertas à emergência de novas categorias a partir da leitura sensível e situada dos dados.

Para Colares (2015), compreender trajetórias formativas requer captar enunciados explícitos, bem como sentidos subjacentes às práticas e representações, situando-os nas



relações de poder que estruturam a sociedade. Assim, a análise articula planos subjetivos e determinações estruturais (classe, gênero, raça, território, capital cultural e simbólico).

O *locus* da pesquisa é a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), campus Araguaína-TO, considerando também os contextos territoriais de origem dos(as) estudantes. Os sujeitos são discentes que vivenciaram a transição do Ensino Médio para o ensino superior. Na etapa quantitativa prevê-se entre 60 e 80 participantes; na qualitativa, cerca de 6 a 8, considerando saturação e diversidade de perfis. O acesso aos estudantes será solicitado via coordenações de curso, núcleos de apoio estudantil, divulgação em redes institucionais e rodas de conversa (virtuais ou presenciais).

A geração de dados envolverá fontes orais e documentais. As entrevistas narrativas semiestruturadas abordarão trajetórias educacionais, percepções sobre a universidade e sentidos atribuídos à formação. As histórias de vida (parciais ou completas) permitirão aprofundar aspectos subjetivos e coletivos da experiência de transição. O questionário contemplará itens como: nome, idade, cor/raça, instituição e cidade da Educação Básica, vínculo empregatício, profissão, cidade natal, cidade/bairro de residência, principais dificuldades na Educação Básica, curso de graduação idealizado, curso atual, possibilidade de mudança, perspectivas após conclusão, desafios e realizações profissionais.

Fontes documentais incluirão editais de seleção, Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), planos institucionais de permanência e inclusão, dados de evasão e ingresso, relatórios de programas de bolsas e políticas afirmativas disponíveis em portais oficiais da UFNT. Todos os participantes assinarão o TCLE, em conformidade com a Resolução CNS 510/2016.

REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção parte da constituição histórica, territorial e econômica do Estado do Tocantins e da cidade de Araguaína-TO, a partir de diálogos epistemológicos que vivenciei numa viagem de 14 a 22 de maio de 2024 pelas cidades: Goiás Velho - GO, Goiânia-GO, Brasília-DF, Paranoá-DF, Planaltina-DF, Porto Nacional-TO, Natividade-TO e Palmas-TO.

Esses diálogos e histórias partiram do contato com alguns professores(as) do curso de Educação do Campo – Matemática da Universidade Federal de Goiás; Grupo



Núcleo de Pesquisa em Agroecologia e Educação do Campo - Universidade Estadual de Goiás/Câmpus Cora Coralina (Gwatá); Profa. Dra. Simone Schmaltz (coordenação do Museu do Cerrado da PUC de Goiânia); Prof. Dr. Ubiratan Francisco da UFNT de Tocantinópolis-TO; Prof. Dr. Adão Francisco da UFT de Palmas-TO, Prof. Dr. Renato Hilário dos Reis da UnB de Brasília-DF, Profa. Leila Maria (coordenadora do Centro de Desenvolvimento Cultural do Paranoá) e Prof. Dra. Julieta Borges (Ministério da Educação).

A criação do estado do Tocantins, em 1988, está profundamente relacionada a um processo histórico de exclusão regional, disputas políticas e interesses do capital. Até então pertencente ao estado de Goiás, o norte goiano era uma região historicamente marginalizada, marcada pela ausência de investimentos públicos e por dificuldades de acesso aos centros de poder. Essa condição alimentou, desde o século XIX, movimentos separatistas que reivindicavam maior autonomia política e econômica. A situação se agravou com a mudança da capital goiana para Goiânia e, posteriormente, com a construção de Brasília, que, embora tenha promovido algum desenvolvimento no Centro-Oeste, não beneficiou diretamente o norte de Goiás.

Durante a ditadura militar (1964–1985), a região passou a ser vista sob uma nova ótica: a da ocupação da Amazônia Legal e da expansão da fronteira agrícola. Nesse contexto, o governo federal promoveu políticas de integração territorial e colonização da região Norte, incentivando o avanço do agronegócio, a abertura de estradas e a implementação de grandes projetos agropecuários. A partir desse processo, surgiram interesses econômicos ligados às elites nacionais e locais, que enxergavam na criação de um novo estado uma oportunidade para ampliar o controle sobre terras, recursos naturais e investimentos públicos.

A separação do Tocantins, portanto, não foi apenas uma resposta às reivindicações populares, mas também uma estratégia alinhada aos interesses do capital agrário, de empreiteiras e de grupos políticos regionais que desejavam maior autonomia administrativa e acesso direto aos repasses federais. A nova unidade federativa nasceu em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, sendo o último estado criado no Brasil.

Nesse cenário, a cidade de Araguaína-TO teve papel central. Fundada oficialmente em 1958, Araguaína-TO tornou-se rapidamente um polo econômico e político do norte goiano, graças à sua localização estratégica e ao crescimento impulsionado pelo setor agropecuário e comercial. Durante as discussões sobre a criação



do Tocantins, Araguaína-TO chegou a ser cotada para sediar a capital do novo estado, junto com outras cidades como Gurupi-TO e Porto Nacional-TO. No entanto, a decisão final foi pela construção de uma nova capital planejada, Palmas-TO, inaugurada em 1989. A escolha de Palmas foi estratégica, refletindo o desejo do governo federal e das elites políticas de criar uma cidade moderna, “neutra” em relação às disputas locais, e totalmente controlada do ponto de vista político e urbanístico.

Assim, a criação do Tocantins e a ascensão de cidades como Araguaína-TO revelam um processo complexo em que demandas históricas de autonomia se entrelaçam com os interesses da elite dominante, do capital fundiário e das estratégias do Estado brasileiro de ocupação e controle territorial da região Norte.

A compreensão das dinâmicas educacionais no norte do Tocantins, especialmente no que diz respeito à transição dos estudantes do Ensino Médio para os cursos de graduação da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), exige uma leitura crítica que envolva as categorias de territorialidade, cultura e interseccionalidade.

A territorialização do conhecimento por meio da educação superior carrega consigo tensões históricas ligadas à colonização interna do Brasil, à expansão da fronteira agrícola e ao deslocamento de comunidades tradicionais e camponesas.

Quando falamos da transição dos jovens do Ensino Médio aos cursos da UFNT, estamos lidando com sujeitos enraizados em um território específico, carregado de saberes, culturas e modos de vida próprios. Essa realidade territorial e cultural impõe desafios que vão além das questões estruturais ou pedagógicas. O principal deles é romper com a lógica utilitarista do capital, que reduz a educação à mera preparação técnica para o mercado de trabalho, esvaziando seu potencial formativo e crítico.

Diante disso, é necessário reconhecer a educação como um espaço de disputa entre a lógica da reprodução social, imposta pelo capital, e a possibilidade de construção de um projeto formativo que valorize as identidades culturais, o pertencimento territorial e a emancipação dos sujeitos. A transição da Educação Básica para o Ensino Superior, nesse sentido, não pode ser compreendida apenas como um movimento de ascensão escolar, mas como um processo de afirmação de trajetórias, culturas e territórios historicamente marginalizados.

A escolha por uma graduação, nesse contexto, carrega muitas vezes um peso simbólico e material (Bourdieu, 2010). De um lado, ela é atravessada por limitações socioeconômicas que refletem a desigualdade histórica da região — resultado direto da forma como a capital estruturou o desenvolvimento do norte goiano e, posteriormente,



tocantinense. Além disso, ela também pode representar resistência: a busca por uma formação que se alinha aos valores da comunidade, à preservação cultural e ao compromisso com a transformação social do território.

Assim, pensar a transição dos estudantes da Educação Básica para as graduações na UFNT exige considerar não apenas os fatores pedagógicos ou estruturais, mas também as relações de classe, trabalho e território. A universidade, nesse cenário, pode ser tanto reprodutora das desigualdades quanto um espaço de potencial subversão da lógica dominante, desde que se abra à escuta dos sujeitos e à valorização de suas territorialidades e culturas. É nessa encruzilhada que se encontram os desafios (e as possibilidades) da formação de profissionais graduados no norte do Tocantins.

A Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), instituição à qual esta pesquisa está vinculada, foi oficialmente criada em 8 de julho de 2019, por meio da Lei nº 13.856, após um processo de mobilização que envolveu estudantes, docentes, técnicos e organizações civis da região (UFNT, 2024).

Essa mobilização teve como objetivo a implantação de uma universidade federal autônoma no norte do estado, por meio do desmembramento da Universidade Federal do Tocantins (UFT), especialmente dos *campi* de Araguaína e Tocantinópolis.

A proposta original da criação remonta ao Projeto de Lei nº 5274/2016, e sua tramitação contou com apoio em diversas instâncias legislativas até sua sanção presidencial (Brasil, 2016). Com a efetivação da UFNT, foram incorporadas as estruturas físicas, recursos humanos e institucionais já existentes, como o Hospital de Doenças Tropicais de Araguaína e a Fundação de Medicina Tropical.

Atualmente, a universidade conta com três centros universitários, uma editora própria, a Faculdade de Ciências da Saúde e uma oferta formativa composta por 21 cursos de graduação, 8 especializações e 11 programas de pós-graduação *stricto sensu*. Após a transição administrativa da UFT para a nova instituição, concluída em abril de 2024, a UFNT consolidou sua autonomia sob a gestão do professor Airton Sieben, reitor eleito (UFNT, 2024).

Pensarmos em cultura e sua relação com a UFNT evoca muitos sentidos e representações, de modo que, seu conceito é uma abordagem sobre significados e práticas representacionais (Hall, 2016). Com base em Hall (2016), os significados não são fixos; eles são construídos socialmente através de processos culturais e comunicativos. Portanto, os significados não estão "dentro" das coisas em si; eles são atribuídos a elas. Isso ocorre por meio das práticas representacionais, que são os processos pelos quais significados são



produzidos e comunicados por meio de sistemas de representação, como a linguagem, imagens, gestos e outros símbolos culturais. Essas práticas são fundamentais para a maneira como compreendemos e interpretamos o mundo, pois é através delas que as ideias, conceitos e relações sociais ganham forma e sentido.

Desse modo, a cultura é um constituto de produção e troca de significados, entre sujeitos de uma comunidade ou grupo, operando-se dentro da comunicação entre as redes que se constroem entre esses diferentes membros, e ao chegar um sujeito novo automaticamente vai negociar com aquele grupo, partilhando os significados que ele(a) carrega de sua relação com o mundo, sociedade ou grupo antes que já fez parte e recepcionando as práticas representacionais dessa comunidade que o abraçou. Ao entrar em contato com um novo grupo, o indivíduo interpreta e decodifica as representações culturais desse grupo, adaptando-se e, ao mesmo tempo, contribuindo para o contínuo processo de construção cultural.

Como os significados culturais não são fixos ou universais, Hall (2016) argumenta que, quando um indivíduo entra em um novo grupo ou comunidade, ele traz consigo significados de sua própria experiência (cultural, social, histórica) e negocia esses significados com os já estabelecidos no grupo. Essa troca e adaptação são centrais no processo cultural.

Pensar na Universidade remete a essa troca, no sentido de que sua cultura é mediada pela linguagem, símbolos e rituais compartilhados (Hall, 2016). Nesse sentido, ao sair da Educação Básica e ingressar no Ensino Superior, o(a) discente tende a se adaptar aos significados já estabelecidos pela Universidade. No entanto, ele(a) também traz consigo os significados construídos ao longo de sua trajetória na Educação Básica. Isso nos leva a uma importante indagação: no processo de negociação de significados entre o sujeito e o novo grupo acadêmico, central para o processo cultural, quais conflitos podem surgir caso o(a) educando(a) não aceite plenamente os significados instituídos pela universidade e prefira manter aqueles que o formaram na educação básica?

Baseando-nos em Hall (2016), nenhuma cultura é estática; todas são moldadas por forças internas e externas. Nesse contexto, o sujeito, ao ingressar na universidade, é confrontado com a necessidade de negociar significados: seja para se adaptar às normas culturais do grupo acadêmico e se manter inserido, seja por pressão da sociedade externa, que pode levá-lo a questionar ou abandonar esses significados.

Além disso, a cultura é intrinsecamente ligada ao poder, moldando as normas sociais (Hall, 2016). Isso reforça que essas forças internas (como os sistemas culturais da



universidade) e externas (como as expectativas sociais) são expressões do poder, que opera dentro da cultura para estabelecer e regular significados. Assim, o poder desempenha um papel central na negociação cultural vivida pelo discente.

Essa ideia encontra eco na abordagem histórico-cultural defendida por Vigotsky (2001), que ressalta a importância de o(a) educador(a) compreender a constituição histórica, cultural e humana do(a) educando(a). Essa compreensão é essencial para mediar o processo de ensino-aprendizagem de modo a incorporar a leitura do mundo do discente em seu processo de construção e interação com a Linguagem. Com isso, as práticas educacionais podem facilitar a negociação das representações culturais, promovendo a formação de significados a partir dos signos evocados pelo próprio sujeito com base em seu conhecimento e saber epistemológico.

Voltando-se à concepção de Hall (2016), de que a cultura é uma arena de lutas simbólicas entre grupos sociais, é possível perceber que essas disputas não se limitam apenas a esferas políticas ou econômicas, mas também se manifestam em espaços educacionais. No contexto da UFNT, o encontro entre comunidades externas, estudantes de diferentes origens sociais e culturais e a instituição acadêmica propriamente dita configura um campo de disputas e negociações de significados culturais. É nesse cenário que se desafia a hierarquia entre alta cultura e cultura popular, questionando os critérios de legitimidade e valor atribuídos às diversas formas de expressão cultural.

Ao aplicar as ideias de Bourdieu (2010) em seu livro “O Poder Simbólico”, compreende-se que a cultura nesse espaço educativo é mediada por diferentes formas de capital cultural e simbólico, que os indivíduos e grupos trazem consigo. Essas interações evidenciam lutas pela valorização de práticas e saberes que historicamente foram marginalizados, enquanto as concepções dominantes são confrontadas em busca de reconhecimento e inclusão.

Assim, a UFNT reflete a arena de lutas simbólicas descrita por Hall (2016), tornando-se um lugar onde essas disputas podem levar a transformações sociais e culturais significativas. Esse processo reafirma o papel das instituições de ensino como espaços para o reconhecimento da pluralidade cultural e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e diversa. Logo, a cultura não é apenas entretenimento; é uma forma de poder simbólico (Hall, 2016; Bourdieu, 1989).

Logo, nessa análise com base em Haesbaert (2011), encaramos a UFNT enquanto um território que deve ser compreendido como uma entidade geográfica (inserida num bairro X, Cidade Y e espaço físico), bem como uma construção simbólica



e cultural que reflete as relações de poder e identidade, principalmente as construídas pelos discentes, trabalhadores(as), professores(as) e comunidade externa dentro desse seu espaço e fora do mesmo.

Importante citar que a leitura latino-americana do território parte do vivido e das práticas sociais, contrapondo-se à perspectiva eurocêntrica que prioriza propriedades jurídico-políticas. O território é visto como instrumento de luta e transformação social, destacando seu valor simbólico e emocional (Haesbaert, 2021).

Pensar na Universidade enquanto território, exige do pesquisador o levantamento ou investigação de forma crítica acerca de quais transformações sociais estão sendo promovidas e quais valores simbólicos, culturais e emocionais são construídos dentro e fora do seu espaço. Como observado na perspectiva das negociações de representações culturais, existe a possibilidade de conflitos e quem sabe já antes são travadas algumas lutas pelo discente, docente e comunidade para gerar os significados dentro dos processos de ensino-aprendizagem.

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político (Haesbaert, 2010). Trata-se do poder em diferentes esferas, seja cultural, ideológico, social e simbólico, na qual, não vem apenas do que a hegemonia nós colocamos como sendo os poderosos (grupos que assumem dominação) na economia, política e representantes com poder de decisão, mas, na medida em que sujeito ou grupo é possuidor e produz um determinado poder.

Portanto, o território pode ser compreendido como resultado da interação entre múltiplas relações de poder, que vão desde o poder material, presente nas relações econômico-políticas, até o poder simbólico, manifestado nas dinâmicas culturais (Haesbaert, 2010). Essas relações de poder simbólico e cultural influenciam diretamente o processo de ensino-aprendizagem, pois a UFNT, enquanto território socialmente construído, não é um espaço neutro. Ao contrário, ela carrega valores, normas e representações que podem entrar em conflito com os territórios simbólicos dos discentes que nela ingressam.

Nesse contexto, parte-se da hipótese de que o encontro entre os territórios da universidade e dos discentes envolve múltiplas relações de poder, nas quais processos de dominação e resistência poderão ser evidenciados ao longo da pesquisa. A universidade, como espaço institucional, pode impor práticas culturais hegemônicas, enquanto os discentes trazem consigo suas próprias identidades e experiências culturais, que nem sempre se encaixam nas expectativas acadêmicas. Esse choque de territórios cria um



ambiente de negociação e disputa simbólica, no qual o ensino-aprendizagem se torna um processo de construção e reconstrução constante de significados, desafiando estruturas dominantes e possibilitando a criação de novas formas de apropriação cultural e territorialidades (Haesbaert, 2010).

A transição do Ensino Médio para o ensino superior é uma mudança de nível educacional, além de uma travessia marcada por tensões sociais, econômicas, afetivas e epistemológicas.

Nesse cenário, a valorização da territorialidade e da cultura local precisa ser compreendida como eixo estruturante da formação. Isso implica em construir currículos abertos ao diálogo intercultural, metodologias participativas e práticas pedagógicas que reconheçam a potência educativa das vivências e saberes dos estudantes.

A fundamentação teórica do projeto contribui diretamente para o alcance do objetivo geral: Investigar os fatores que influenciam a escolha do curso de graduação pelos estudantes da UFNT, analisando como essas escolhas se articulam com o território, a cultura local e as transformações sociais e econômicas da região de Araguaína-TO.

A noção de cultura como arena de disputas simbólicas (Hall, 2016) permite compreender os conflitos de significados enfrentados pelos(as) estudantes ao ingressarem no espaço universitário.

A partir de Haesbaert (2010; 2011; 2021), o território é analisado não apenas como espaço físico, mas como construção simbólica e relacional, atravessada por múltiplas territorialidades.

Por fim, a interseccionalidade proposta por Collins e Bilge (2020) oferece uma lente metodológica crítica para compreender como opressões simultâneas de classe, raça, gênero e território, que afetam as trajetórias educacionais.

Esse caminho teórico prático constituído até o momento será possível a partir do pensamento descolonial:

[...] O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade (...) (Mignolo; Oliveira, p. 6, 2017).

Em outras palavras, superar a constituição do que se define sobre amor, poder e saber, a qual a história e as relações sociais, conhecimentos e produção de ciência no Brasil se constituíram a partir da lógica colonial, pautada no patriarcado, machismo, racismo e genocídio dos povos originários e africanos, rompendo com o saber eurocentrado. Digamos que superar é um caminho de um esforço, os autores não dizem



que vai ocorrer, mas pode-se tentar, e nessa tentativa é onde reside o poder de transformação na produção do conhecimento e saber epistemológico, pois achamos que o saber colonial foi superado é um erro que nós fazemos cair sobre a lógica da modernidade.

É importante destacar que “o modo como a colonialidade do poder está vinculada com a concentração na Europa do capital, dos assalariados, do mercado de capital, enfim, da sociedade e da cultura associadas a essas determinações” (Quijano, p. 125, 2005). Assim, pretende-se, a partir da futura geração dos dados da pesquisa, compreender como a lógica do capital influencia os processos de significação, a partir das escolhas feitas dos discentes após sair da Educação Básica e adentrar à UFNT, em uma análise crítica, dialética e contextualizada.

CAMINHOS PREVISTOS E REFLEXÕES

A participação dos(as) estudantes nesta investigação pode gerar benefícios diretos e indiretos. No plano imediato, o ato de narrar trajetórias e experiências acadêmicas favorece a reflexão crítica sobre percursos formativos, estimulando maior consciência acerca de desafios, potências e sentidos atribuídos à presença na universidade.

Em perspectiva mediata, os resultados poderão subsidiar ações institucionais voltadas à permanência, ao acolhimento e à redução de vulnerabilidades sociais, étnico-raciais, de gênero e territoriais. Espera-se que os dados contribuam para políticas acadêmicas e públicas sensíveis às diversidades culturais e identitárias da comunidade discente, promovendo um ambiente mais inclusivo, equitativo e plural.

Ao valorizar vozes e experiências frequentemente silenciadas, a pesquisa também dialoga com a identificação de identidades locais e com o fortalecimento dos vínculos entre universidade e comunidade, especialmente no contexto da Amazônia Legal e das populações historicamente invisibilizadas.

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento, as experiências construídas em reuniões, rodas de conversa, convivências cotidianas e eventos acadêmicos na UFNT já permitem vislumbrar tendências significativas.

Os diálogos iniciais com estudantes, ainda que informais, têm sugerido que as escolhas de curso podem estar marcadas por fatores territoriais, identitários e socioeconômicos, indicando que a decisão formativa não pode ser reduzida a preferências individuais ou demandas de mercado. Percebe-se que discentes oriundos de contextos



rurais ou de municípios menores trazem percepções específicas de pertencimento, mobilidade e expectativas de futuro, atravessadas por tensões entre projetos pessoais e condições estruturais da região.

No plano teórico, vislumbra-se a potência de articular decolonialidade, interseccionalidade e abordagem crítico-dialética para compreender os processos formativos em territórios periféricos à lógica hegemônica do ensino superior. Essa triangulação teórica favorece a leitura de como categorias de gênero, raça, classe e territorialidade se entrelaçam, produzindo trajetórias marcadas por desigualdades históricas e, ao mesmo tempo, por estratégias de resistência. Metodologicamente, o diálogo constante com os(as) estudantes tem reafirmado a necessidade de integrar dimensões qualitativas e quantitativas, de forma a captar tanto regularidades mais amplas quanto as nuances subjetivas que emergem das narrativas e experiências de vida.

A pesquisa tem potencial de contribuir para políticas institucionais de permanência, acolhimento e reconhecimento das diversidades culturais e territoriais, bem como para subsidiar práticas pedagógicas sensíveis às realidades locais. Ao dar visibilidade a vozes frequentemente silenciadas, pode fortalecer o vínculo entre universidade e comunidade, especialmente no contexto da Amazônia Legal, e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas comprometidas com equidade e justiça cognitiva.

Entre os limites enfrentados, destacam-se as dificuldades logísticas de acesso a alguns grupos de estudantes e a necessidade de adaptar estratégias metodológicas ao ritmo da vida acadêmica, respeitando tempos e espaços de escuta. Esses desafios têm levado a ajustes no planejamento, incentivando formas de aproximação mais participativas e dialógicas.

Os próximos passos incluem a sistematização dos registros obtidos em convivências e encontros, a preparação do questionário e dos roteiros de entrevista, e o aprofundamento da análise à luz dos referenciais teóricos mobilizados. A expectativa é que a triangulação entre dados, narrativas e contexto territorial produza interpretações críticas capazes de iluminar caminhos para a democratização do ensino superior e para a valorização das identidades e trajetórias dos(as) estudantes da UFNT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, em desenvolvimento, apresenta reflexões preliminares que indicam que as escolhas formativas dos(as) estudantes da UFNT não se explicam por fatores



isolados, mas resultam da articulação entre território, identidade, condições socioeconômicas e relações de poder. Até o momento os contatos estabelecidos em reuniões, encontros e eventos acadêmicos têm reforçado a relevância de compreender essas trajetórias à luz de referenciais decoloniais, interseccionais e crítico-dialéticos, capazes de revelar contradições históricas e silenciamentos persistentes no ensino superior. Embora não haja ainda dados sistematizados de campo, as aproximações iniciais indicam a possibilidade de que a valorização das narrativas e experiências locais venha a contribuir para políticas institucionais de permanência, acolhimento e equidade, contribuindo para fortalecer vínculos entre UFNT e comunidade e para fomentar debates sobre democratização e justiça social no contexto da Amazônia Legal.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares em Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins, por me acolher e proporcionar a formação em doutoramento e oportunidade para construir essa pesquisa.

Segundamente a minha orientadora Profa. Dra. Rosária Helena Ruiz Nakashima por toda mentoria, orientação, formação e me inserir na pesquisa e projetos de extensão da Universidade, contribuindo imensamente para o andamento da pesquisa em questão.

Por fim, ao Conselho Nacional de Pesquisa do Brasil pela bolsa de pesquisa fornecida.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert; BILKEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação. Uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 13ª ed. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

COLARES, João da Mota Neto. **Educação popular e pensamento decolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda.** 2015. 368 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** [recurso eletrônico]; tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.



HAESBAERT, R. **Território e multiterritorialidade: um debate.** GEOgraphia, v. 9, n. 17, 8 fev. 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios à multiterritorialidade”.** 6a Edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, . 2011, 396 p.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina.** 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021. 396p.

HALL, Stuart. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro. PUC-Rio, 2016, 216 p.

JOSSO, Marie-Christine. As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 373–383, maio/ago. 2006.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação.** / Marie-Christine Josso ; prefácio Antônio Nóvoa ; revisão científica, apresentação e notas à edição brasileira Cecília Warschauer ; tradução José Cláudio e Júlia Ferreira ; adaptação à edição brasileira Mara Vianna. — São Paulo : Cortez, 2004.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa [online]**. 2008, n.9, pp.73-102.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, jun. 2017.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

SANTOS FILHO, José Camilo; GAMBOA, Sílvio Sánchez (Org.) **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** São Paulo: Cortez, 1997.

